



Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica promove seminário para discutir perspectivas para o setor mineral

O Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica da Câmara dos Deputados realizará, no dia 2 de dezembro, a partir das 9 horas, no Auditório da TV Câmara, o seminário **“Setor Mineral: Rumo a um Novo Marco Legal”**.

O objetivo do encontro é estimular a discussão de propostas de políticas públicas direcionadas à modernização do marco minerário brasileiro, especialmente seus aspectos jurídicos, fiscais e institucionais. Pretende-se constituir espaço de discussão entre o poder público, entidades da iniciativa privada e representantes da sociedade civil no aperfeiçoamento de alternativas legais e regulatórias do setor, para que o torne ainda mais justo e competitivo.

O Direito Minerário tem sua base normativa na Constituição Federal de 1988 e no Código de Minas, Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967. Uma análise mais detalhada desta legislação evidencia a conveniência de adoção de mudanças, a partir de uma revisão dos regimes de aproveitamento, do conteúdo dos direitos e obrigações minerárias e da forma de relacionamento do Poder Concedente com os agentes econômicos. Consoante os ditames de nossa Carta Magna, é dever do Estado assegurar a máxima utilização dos recursos minerais e de utilizar, para tanto, todos os instrumentos ao seu alcance para fomentar um ambiente propício à exploração sustentável sempre orientado pelo interesse público.

O evento contará com quatro painéis. O Painel I discutirá a política mineral vigente no País. O Painel II abordará aspectos constitucionais da concessão mineral, o interesse público dos recursos minerais como bens da União, a autorização e a concessão de pesquisa e de lavra à luz do Direito Administrativo, aspectos constitucionais do Código Mineral Brasileiro e a questão da competitividade no setor. O Painel III tratará dos aspectos fiscais e econômicos do setor mineral, exploração mineral e desenvolvimento industrial, degradação ambiental e compensação financeira de municípios afetados, e a política tributária afeta à exportação de minério. O Painel IV discutirá alterações no Código de Mineração, a transformação do Departamento Nacional de Produção Mineral em agência reguladora, mudanças nos mecanismos de autorização de pesquisa e de concessão de lavra, e a criação do Conselho Nacional de Política Mineral.

Entre os convidados estarão Cláudio Scliar (Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral), Miguel Antonio Cedraz Nery (Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral), Fernando Facury Scaff (Advogado), William Freire (Advogado), Elmer Prata Salomão (Presidente da GEOS Geologia para Mineração), Marcelo Mendo Gomes de Souza (Advogado), Adriano Drummond Trindade (Advogado) e Ana Salett M. Gulli (Procuradora do DNPM).

O evento será gravado e transmitido pela TV Câmara em data futura a ser divulgada.

O seminário é gratuito e não haverá necessidade de inscrição prévia para participação. A ordem dos lugares seguirá a de chegada.

Mais informações podem ser obtidas pelo e-mail caeat@camara.gov.br ou pelo telefone (61) 3215-8626.

